

## A literatura como narrativa do passado: Jane Austen e a mulher inglesa do século XVIII

*Literature as a narrative of the past:  
Jane Austen and the English woman of the XVIII century*

**Dayane Cristina de Freitas**

Graduanda do curso de História (UNIPAM). e-mail: dayanemorgain@gmail.com

**Thiago Lemos Silva**

Professor orientador (UNIPAM). e-mail: thiagols@unipam.edu.br

---

**Resumo:** Esta pesquisa procura investigar o lugar da mulher na sociedade inglesa do século XIX, a partir do prisma da escritora Jane Austen, de forma a evidenciar as continuidades e rupturas dos papéis de gênero então estabelecidos nessa sociedade, além de observar e problematizar a relação das mulheres com a literatura, destacando seus objetivos, suas dificuldades e conquistas. A pesquisa propôs-se ainda a contemplar os múltiplos aspectos existentes na discussão entre História e Literatura, analisando se a segunda é fonte viável para construir a escrita da primeira. Após analisar diversos textos e documentos, foi possível concluir que a literatura de Jane Austen fornece um testemunho verossímil da posição feminina na sociedade inglesa de seu tempo. Além disso, foi possível entender como se deu a entrada da mulher na profissão de escritora e dialogar com alguns historiadores a respeito da utilização da literatura como ferramenta de observação do passado.

**Palavras-chave:** Mulher. Literatura. Historiografia.

**Abstract:** This paper seeks to investigate the place of women in nineteenth-century English society, analyzing through the point of view of the writer Jane Austen, in order to highlight the continuities and ruptures of gender roles established in this society, and to observe and problematize the relationship of women with literature, highlighting their goals, difficulties and achievements. The research also proposed to contemplate the multiple aspects existing in the discussion between History and Literature, analyzing if the former is a viable source to build the writing of the latter. After analyzing various texts and documents, it was possible to conclude that Jane Austen's literature provides a credible testimony of the feminine position in English society of her time. In addition, it was possible to understand how women entered the profession of writer and to dialogue with some historians about the use of literature as an observation tool of the past.

**Keywords:** Woman. Literature. Historiography.

---

## 1. Introdução

A condição feminina e os papéis de gênero nas sociedades são objetos de estudo relativamente recentes, sobre os quais poucas luzes foram lançadas. Até mesmo a opção em um estudo pela utilização do termo “mulher” ou da palavra “gênero” gera divergências de opinião. Para este estudo, será firmado o uso de “história das mulheres”, pois enquanto essa forma “revela sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o ‘[...] gênero’ inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não constituir em uma ameaça crítica”, conforme pontua Scott (1989, p. 6).

Dessa forma, a necessidade de observação da situação feminina a partir da dialética passado/presente constitui também a importância de trabalhos com esta temática, que podem se tornar uma forma de disseminação de discursos inclusivos que observem a mulher como sujeito social, digna de espaço e respeito. A inevitabilidade desse respeito advém, entre outros motivos, da urgência em entender a questão dos papéis de gênero e garantir a igualdade social entre homens e mulheres, uma vez que a segregação existente acontece mais por convenções sociais do que por determinismos biológicos. Como escreveu Beauvoir (1986, p. 13):

ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.

Sendo assim, este estudo procura entender as razões pelas quais as mulheres foram relegadas a papéis secundários na produção histórica e como foram ou não capazes de subverter a ordem social na qual estiveram inseridas. O viés adotado neste trabalho para entender os motivos da relegação e/ou contestação da mulher a papéis secundários é a literatura, valendo-se da observação dessa situação na Inglaterra novecentista, momento em que surgem grandes nomes femininos no rol dos escritores mais importantes daquele século. Sendo assim, é plausível perguntar por que a mulher demorou tanto para alcançar o espaço profissional do qual os homens já dispunham há muito tempo? Telles (1997, p. 403) pontua que

o discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando material e delicada, como *força do bem*, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como *potência do mal*. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição.

Além desse discurso acerca da natureza feminina, que foi composto arbitrariamente, é possível perceber que à mulher eram relegados apenas os trabalhos domésticos, sem que elas tivessem acesso a uma educação significativa, recebendo apenas o conhecimento suficiente para lerem receitas e escreverem cartas apaixonadas.

Ainda nesse âmbito, este trabalho pretende se alongar em um segundo questionamento. Após concordar-se que as mulheres são capazes de escrever e retratar o espírito de seu tempo de forma acurada, por qual razão suas obras não poderiam ser reconhecidas hoje como uma fonte para o entendimento do passado no qual viveram? E caso possam, como se dará esse reconhecimento? Telles (1997, p. 408) novamente esclarece: “as representações literárias não são neutras, são encarnações ‘textuais’ da cultura que as gera”. Em razão de esclarecer essas dúvidas, a escrita de nomes proeminentes da história, como Ginzburg, Chartier e Hayden White, será observada.

A porta de entrada para a discussão deste tema será a obra da autora Jane Austen, escritora inglesa que adquiriu um interesse renovado na contemporaneidade, interesse este que pode ser aquilatado pelo considerável espaço que vem ganhando em editoras, cinemas e televisões. Se, por um lado, esse movimento permitiu o amplo conhecimento de sua obra, por outro, a reduziu às histórias romanescas, fazendo com que as críticas à sociedade de sua época fossem jogadas no limbo. Conforme pontua Seixas (2011, p. 14), Austen

[...] mostrou sua preocupação com as questões de seu tempo, especialmente com as pressões exercidas sobre as mulheres em face das representações ideológicas e das instituições da época, que procuravam reunir os valores patriarcais aristocráticos com os valores burgueses.

A obra da autora inglesa Jane Austen tem como um dos traços mais marcantes a crítica social aos padrões exigidos da mulher na sociedade na qual vivia: a Inglaterra da virada do século XVIII para o XIX. As formas pelas quais a autora cria suas personagens e as utiliza como voz da condição feminina é, muitas vezes, discreta. Considerando o contexto social no qual a autora se encontrava, podemos dizer que,

através de suas heroínas, Jane Austen conseguiu de certa forma incutir na mente de suas leitoras alguns dos principais ideais feministas quando o termo mal existia: noções de igualdade, liberdade de expressão e conscientização quanto a situação inferior das mulheres na sociedade (VIANA, 2015, p. 56).

Sendo assim, este estudo pretende entender a importância dos papéis de gênero, especialmente no feminino, expressados na obra da referida autora, identificando a amplitude desses papéis; entender sua representação na sociedade da época; e decodificar como funcionavam e se mantiveram ou desafiaram a ordem vigente naquele contexto.

## 2. Debate historiográfico

### 2.1. Fontes históricas: uma discussão constante

O processo de construção da escrita histórica se dá por diversos caminhos, porém nenhum deles pode se abster do material primordial para o ofício do historiador: as fontes históricas. Fontes históricas são tudo que podemos categorizar como vestígios deixados pela humanidade, intencional ou não intencionalmente, que permitem ao historiador um vislumbre das sociedades, dos costumes e dos acontecimentos do passado.

Entre as diversas correntes historiográficas existentes, há aquelas, como a Escola Metódica Francesa e o Historicismo Alemão, que consideram como fontes dignas de observação apenas os documentos oficiais, neutros, sobre os quais não haveria a necessidade de problematização ou interpretação do historiador. Em contrapartida, existem outras correntes historiográficas, especialmente aquelas iniciadas a partir da Escola dos *Annales*, que entendem que as fontes históricas estão em toda a produção humana e que “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”, como ressaltou Bloch (2001, p. 20).

Além das diferenças na percepção do que constitui uma fonte histórica digna de consideração, existem divergências também na interpretação do que essas fontes representam. É preciso levar em consideração que, conforme defendido por Ginzburg (2002, p. 44),

a ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes.

Outro aspecto a respeito das fontes historiográficas que deve ser levado em consideração é que essas fontes jamais são isentas de intencionalidade. Até mesmo “sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise” (BLOCH, 2001, p. 29).

A problematização da fonte histórica se alonga ainda mais após o surgimento do movimento dos *Annales*, em 1929. Nesse momento, houve uma necessidade de ampliar o entendimento de fontes históricas, com a defesa de que a história é escrita com documentos oficiais apenas quando estes existem; quando não for o caso, o historiador pode e deve se valer de todos os outros vestígios deixados pela humanidade, em parceria com outras disciplinas como arqueologia e geografia.

Michel Foucault avança ainda mais nessa problemática ao tratar o conceito de documento e monumento, alegando que este primeiro é uma escolha do historiador e o segundo é uma herança do passado que perpetua as sociedades históricas. Para ele (1987, p. 8), a tarefa do historiador passa a ser a de questionar o documento, já que

o documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, memória: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa.

Dessa forma, o documento, o monumento e a fonte histórica em suas diversas formas são as ferramentas do historiador, e é a partir delas que se dá grande parte de seu trabalho, considerada por Febvre (*apud* LE GOFF, 2003, p. 530) como a mais apaixonante parte desse ofício a tarefa de dar voz às coisas que são mudas e de ouvir as histórias que contam sobre a sociedade que as produziu e que permite que sejam uma rica forma de suprir o documento oficial.

## 2.2. A literatura como ferramenta de entendimento do passado

As discussões que tratam da possibilidade de aceitação da literatura como fonte válida para a produção histórica são extensas, partindo de polos divergentes. Em um deles, há a negação da possibilidade de aceitação de fontes não oficiais e, no outro, há os movimentos mais recentes que entendem que toda a produção humana é vestígio de seu passado.

O polo que nega a viabilidade da literatura como fonte histórica é marcado pela Escola Metódica, que procurou inculcar na produção historiográfica um caráter exato, medido pela validade dos documentos analisados para a produção da narrativa histórica de determinado evento. Para os historiadores metódicos, apenas aqueles documentos oficiais, como certidões de nascimento, casamento, óbito, escrituras imobiliárias e contratos dos mais diversos tipos, todos dispendo de uma validação oficial de suas origens, eram dignos de análise para a produção do texto histórico. Dessa forma, os acontecimentos do cotidiano, das camadas mais pobres da população e aqueles ocorridos de maneira extraoficial não poderiam ser relevados na escrita da história de um lugar ou povo.

Já a Nova História Cultural, debitária do processo de renovação historiográfica operado pela Escola dos *Annales*, entende como fonte histórica a produção humana como um todo. Nessa abordagem, existe a preocupação de abranger toda a experiência humana e a ampliação do conceito de fonte histórica. Além disso, a História Cultural se preocupa em valorizar o caráter interdisciplinar da história, procurando formas de fazer com que esta dialogue com outras áreas, como a psicologia, as artes e a literatura.

Entretanto, mesmo entre os estudiosos que contemplam a interdisciplinaridade da história, há debates sobre a relevância da literatura ficcional como fonte histórica. Carlo Ginzburg (2002), precursor da micro-história, entende que a ficção fornece um testemunho possível, mas não necessariamente indispensável do passado, e que os espaços em branco, o estilo literário e a construção da obra podem dizer mais do que aquilo que está efetivamente exposto. É nesses espaços que o historiador perspicaz poderá encontrar evidências das relações de força que eram parte do momento analisado. Nessa perspectiva, a função da historiografia seria buscar não a verdade, mas a verossimilhança, mantendo o cruzamento com os outros documentos e realizando a crítica documental como condição *sine qua non* de seu ofício.

Chartier fala do conceito de representação, que indica que tudo o que pensamos, produzimos e utilizamos para entender e validar o passado são representações de algo que foi, jamais uma reprodução exata. Dessa forma, Chartier (2009, p. 21) entende que a literatura trava uma negociação com a realidade, de forma que esta imprime características do contexto no qual está inserida, já que “as obras de ficção, ao menos algumas delas, e a memória, seja ela coletiva ou individual, também conferem presença ao passado, às vezes ou amiúde mais poderosa do que a que estabelecem os livros de história”.

Isso implica dizer que essa negociação seria então um movimento de troca e não de determinismo nas relações entre a literatura e o trabalho historiográfico e que, dessa forma, não é possível obter da ficção um reflexo perfeito do momento histórico que ela retrata. Sendo assim, é adequado sublinhar que o texto literário é influenciado, mas nunca determinado, pelo tempo e pelo lugar no qual está inserido.

Em outra direção, White (1994) entende que a produção histórica não se diferencia da produção literária, uma vez que o historiador, ao escrever sobre determinado acontecimento, não é capaz de tornar o texto prescindir da linguagem tropológica e pode, a partir de diferentes figuras evocadas, transformar uma situação trágica em uma cômica apenas com a escolha adequada de estilo. Em suas palavras (1994, p. 28),

[...] os dois tipos de discurso são mais parecidos do que diferentes em virtude do fato de que ambos operam a linguagem de tal maneira que qualquer distinção clara entre sua forma discursiva e seu conteúdo interpretativo permanece impossível.

Olhando mais para o que se assemelha do que para o que se diferencia, White acaba por estabelecer uma identidade entre o discurso literário e o historiográfico. Nessa perspectiva, a aspiração à verdade que leva o historiador a comprovar suas hipóteses mediante o cotejamento de diferentes documentos, bem como a crítica destes, desaparece como elemento constitutivo da própria historiografia. Entretanto, ao entender a escrita do passado como uma operação literária, White (1994, p. 102) não visa depreciar a história como fornecedora de conhecimento, pois

não só as estruturas de enredo pré-genéricas, mediante as quais os conjuntos de eventos se podem constituir em histórias de um tipo particular, [...] como também a codificação dos eventos em função de tais estruturas de enredo é uma das maneiras de que a cultura dispõe para tornar inteligíveis tanto o passado pessoal quanto o passado público.

Sendo assim, ao entender a distinção entre a escrita da história como a representação do verdadeiro e a escrita ficcional como a representação do imaginável, White (1994) defende que é necessário reconhecer que apenas podemos conhecer o real comparando-o com o imaginável.

Em outra direção, Ginzburg (2002, p. 23), na introdução de sua obra *Relações de força: história, retórica e prova*, retoma o pensamento de Nietzsche e afirma que “a pretensão do homem de conhecer a verdade, além de ser efêmera, é também ilusória”,

pensamento este que abala ainda mais o entendimento da função da história. Nessa obra, Ginzburg afirma que tentará vencer os céticos, como Hayden White, em seu próprio terreno, ao afirmar que, ao contrário do que estes defendem, as escolhas das ferramentas de narrativa interferem no trabalho do historiador não apenas no final, mas também em todo o processo de construção da escrita histórica, criando tanto dificuldades como possibilidades.

Sendo assim, o autor defenderá que, devido à marca deixada pelas relações de força em todas as visões da realidade, para que a tarefa do historiador seja cumprida a contento, é preciso analisar as provas à revelia das intenções de quem as escreveu, pois, ao considerar as distorções das fontes, a construção da narrativa é viável, e entendendo-se que essa construção não é incompatível com a prova, entende-se que “o conhecimento (mesmo o histórico) é possível” (GINZBURG, 2002, p. 45).

### 3. A mulher na literatura

Qual é a importância da atuação da mulher na profissão de escritora? Como se deu a inserção da mesma em uma área de domínio notadamente masculino? O que representa essa mudança de paradigma? O peso das respostas desses questionamentos se mostra na profunda significação que esses acontecimentos tiveram no processo – lento, doloroso e quase sempre ridicularizado – da ascensão da mulher a um patamar de onde poderia ser olhada como sujeito capaz de traçar ao menos alguns passos de seu caminho.

Consideradas inferiores quanto às suas capacidades físicas e intelectuais, além de subjugadas a uma posição social cuja única importância era a manutenção da unidade familiar, apenas muito recentemente as mulheres puderam contar com a opção de se desvencilhar dessas obrigações maternas e matrimoniais para dedicar-se a outros aspectos de sua vida. Nos séculos XVIII e XIX na Inglaterra, a mulher não podia receber educação formal, e a educação para elas “era ministrada apenas em casa, segundo os valores patriarcais pregados de mãe para filha, em um movimento cíclico já, então, totalmente internalizados nelas, sem que lhes fosse permitido questionar” (SOUSA; DIAS, 2013, p. 148).

Na coletânea de ensaios *Profissões para mulheres*, Virginia Woolf discorre em vários textos sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres de sua época e de épocas anteriores em exercer quaisquer tipos de profissão. Woolf (2013) defendia que o acesso à educação, vital para que a mulher pudesse exercer qualquer papel na sociedade, era insuficiente para que fossem capazes de adquirir a postura necessária para empunhar a pena e desafiar os homens em sua posição majoritária. A ensaísta acreditava que é necessário que “todas as atividades mentais sejam incentivadas para que sempre exista um núcleo de mulheres que pensem, inventem, imaginem e criem com a mesma liberdade dos homens e, como eles, não precisem recear o ridículo e a condescendência” (WOOLF, 2013, s.p.).

Além da dificuldade de acesso à educação e das barreiras sociais, as mulheres encontravam ainda questões práticas que dificultavam que elas iniciassem a profissão de escritora – ou qualquer outra. Conforme ironicamente lembrado por Woolf (2013,

s.p.), “as mulheres, desde os primeiros tempos até o presente, têm dado à luz toda a população do universo. Essa atividade toma muito tempo e energia”.

Mesmo com todos os obstáculos, a mulher que conseguisse o mínimo acesso à educação, ao material necessário, à postura criadora e desafiadora necessária para escrever e ao tempo, muitas vezes, escasso devido às obrigações familiares, se depararia ainda com a barreira representada pela falta de privacidade. Em outro livro, *Um teto todo seu*, Woolf (2014) discorre sobre como a vida familiar da mulher inglesa do século XIX, bem como em séculos anteriores, se mostrava um desafio para aquela que desejasse escrever. Sendo o pensamento e a escrita atividades consideradas inadequadas para as mulheres, consideradas inferiores intelectualmente e até como uma sub-raça por autores mais radicais, e para a vida familiar marcada pela constante ausência de privacidade, escrever se mostraria uma tarefa absurdamente árdua. Dessa forma, Woolf (2014) justifica o título desse livro alegando que, se uma mulher deseja escrever, precisará contar com um teto todo seu para realizar tal tarefa.

E, conforme levantado por Woolf, as mulheres encontraram na escrita a atividade mais acessível, passando a escrever sem, no entanto, serem capazes de escrever livros que não fossem “profundamente influenciados pelo ângulo de onde eram obrigadas a olhar o mundo” (WOOLF, 2013, s.p.). Diante da dificuldade de escrever e de se posicionar como escritoras, a maioria das autoras desse período optou por usar codinomes na assinatura de sua obra, frequentemente optando por nomes masculinos, em uma tentativa de dar a suas obras um caminho mais aberto do que existiria, caso fossem assinadas por mulheres, além de talvez exprimir uma tentativa de “libertar a própria consciência, enquanto escreviam, das expectativas tirânicas em relação a seu sexo” (WOOLF, 2013, s.p.).

A importância da inserção da mulher na profissão de escritora se dá ainda mais expressivamente na renovação que estas procuraram dar à imagem de seu próprio gênero, já que essas autoras

apontaram a tradição literária masculina que, por muito tempo, apresentou modelos significativos dessas representações, desmascarando os estereótipos negativos formados pela cultura patriarcal, tais como o de anjo, louca, adúltera, presentes em obras masculinas, como também mostraram a desconstrução desses estereótipos, por parte das autoras, as quais, quando puderam ter direito à pena, buscaram uma nova roupagem para a figuração da mulher no texto literário e, principalmente, na sociedade (SOUSA; DIAS, 2013, p. 152).

Outro aspecto a ser analisado é a motivação ocorrida para que a primeira e ainda principal forma de escrita das mulheres tenha sido o romance. Woolf (2014, s.p.) advoga que, além da escrita romanesca exigir menos concentração, a formação literária recebida pelas mulheres no início do século XIX “era concentrada na observação do caráter, na análise da emoção. Sua sensibilidade fora cultivada durante séculos pelas influências da sala de estar”. A autora observa que várias escritoras, como Charlotte Brontë, a qual Woolf considera mais talentosa que Austen, tinham sua escrita contaminada tanto por sua posição inferior na sociedade como pela formação literária que re-



cebia, deixando em suas obras um traço amargo, ressentido, ausente na obra de Austen, afirmando que, se houvesse algum prejuízo na situação da autora, esse se deveria à “estreiteza da vida que lhe foi imposta. Era impossível a uma mulher andar sozinha. Ela nunca viajou; nunca rodou por Londres num ônibus ou almoçou sozinha num restaurante” (WOOLF, 2014, s.p.).

Mesmo com todos esses desafios, Austen e as irmãs Brontë, entre outras escritoras mundo afora, desafiaram tal premissa e conseguiram escrever livros que ainda hoje são considerados obras primas da literatura inglesa. Sua ambição e determinação provam que, a despeito de todas as dificuldades e preconceitos sobre o gênero feminino, a mulher é capaz de transcender suas limitações e inscrever seu nome nas muitas vezes estéreis e preconceituosas páginas da história.

## 4. Jane Austen e a mulher inglesa do século XVIII

### 4.1. Uma breve biografia

Nascida em 1775, Jane Austen permanece, mais de duzentos anos depois, como um dos maiores ícones da literatura inglesa. Seu nome aparece em todos os grandes estudos sobre a literatura ocidental e seus escritos foram e ainda são constantemente reinventados em diversas formas, desde o cinema até adaptações literárias, passando por séries televisivas.

Fruto do casamento entre o reverendo George Austen e Cassandra Leigh, Austen teve uma irmã e seis irmãos. Viveu a maior parte da vida na paróquia de Steventon, no interior da Inglaterra, inserida em uma sociedade tradicional e pobre em diversidade cultural. “O tradicionalismo e provincianismo, porém, não lhe inibiram a liberdade da criação literária; e a estreiteza do seu campo de observação intensificou-lhe a análise psicológica”, conforme pontuou tão corretamente o renomado crítico literário Carpeaux (2011, p. 950). As pesquisadoras Gilbert e Gubar (2000, p. 112, tradução nossa) apontam que “ela sabia desde o início de sua carreira que não havia nenhum espaço para ela além de um pequeno, e sua estratégica paródia é em si um testemunho de sua luta com suas inadequadas, porém inevitáveis estruturas”.

Dessa forma, contrariando as expectativas de seu tempo, produziu uma escrita que, apesar de narrar sempre os acontecimentos cotidianos da esfera doméstica e de ser marcada pelos estigmas recebidos pelas mulheres de sua época, tão bem retratados em sua obra, alcança ainda hoje um *status* com o qual muitos escritores apenas sonham.

Ainda que tenha suscitado tanto respeito no meio literário com os anos, Jane Austen foi alvo de muitas críticas negativas, como ocorre com todos os grandes expoentes de qualquer campo, advindas especialmente de homens de épocas próximas à sua. Frequentemente, foi acusada de tratar em sua obra apenas da futilidade da sociedade inglesa, não deixando entrever em sua escrita nada do que se passava fora da esfera doméstica, como a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas. Essa crítica incorre em um grave caso de reducionismo, que não leva em consideração as peculiaridades do texto literário feminino na Inglaterra novecentista, uma vez que a literatura é “testemunha efetuada pelo filtro de um olhar” (BORGES, 2010, p. 98), não seria possí-

vel nem sequer justo exigir que uma mulher relegada à esfera doméstica escrevesse, por exemplo, sobre as penúrias da vida do soldado raso nas investidas de Napoleão pela Europa.

Ainda assim, a obra de Austen reflete as mudanças de seu tempo não ao relatar esses acontecimentos, mas ao mostrar seus desdobramentos no caráter da sociedade de seu tempo. O vislumbre do mundo externo que lhe permitiu essa análise veio especialmente da influência de seus irmãos, que eram livres para viajar e adotar profissões, compartilhando depois com a família o que viram em suas excursões. Outro aspecto que a convivência com os irmãos proporcionou no enriquecimento da obra de Austen foi o convívio com a *gentry*, a nobreza rural daquele período (JASNA, 2016).

Sua educação, assim como a da maioria das mulheres de seu tempo, foi ministrada em casa, pelo pai. À exceção de muitas mulheres, Austen pôde contar com um pai relativamente liberal, que a apoiou em suas investidas na escrita, que se deu inicialmente na escrita de pequenas histórias cômicas e de peças para diversão da família, além de lhe proporcionar uma extensa biblioteca que foi, sem dúvida, vital para a riqueza de sua obra. O apoio do pai prosseguiu em seu caminho quando a autora terminou de escrever *First Impressions* (futuramente reeditado para *Pride and Prejudice*), quando este tentou vender o romance para uma editora em 1797. A oferta foi rejeitada, mas Austen continuou escrevendo e aprimorando sua obra.

Após a morte do pai, em 1805, Jane, a irmã Cassandra e sua mãe passam a viver sob a guarda dos irmãos, inicialmente, Frank e, posteriormente, Edward (situação que é constantemente retratada em seus livros). É nesse período, no qual vivem com relativa privacidade, que o trabalho de Austen se desenvolve para, em 1811, publicar *Razão e Sentimento*, que se mostra um sucesso de vendas, e no qual ela assina apenas como “A Lady” (FERRAZ, 2010).

Após esse período em que Austen produz suas obras-primas, sua saúde começa a debilitar. Acompanhada da irmã Cassandra, sua amiga mais próxima durante toda a vida, muda-se para Winchester, visando à proximidade do médico. Tal medida mostrou-se infrutífera, pois infelizmente, Austen falece em 17 de julho de 1817, não sem antes deixar sua marca no mundo.

#### **4.2. A mulher inglesa novecentista sob a pena de Jane Austen: rupturas e continuidades**

Vivendo em uma época de intensas e extensas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, marcadas pelos valores políticos da monarquia parlamentar, pela valorização do pensamento humanista, além do crescimento das ideias de direitos naturais e individuais, que levaram gradativamente ao abandono dos dogmas religiosos, das noções de subordinação e dos valores até então vigentes, era esperado que drásticas mudanças se apresentassem nessa sociedade. Conforme pontua Chalupová (2012, p. 10, tradução nossa), “se a família é a pedra fundamental do Estado, então as mudanças de valores do sistema devem inevitavelmente ter achado seu caminho para esse microcosmo”.

Uma vez que Austen escolheu retratar o tempo e a sociedade nas quais ela realmente viveu, a imagem de casamento que ela apresenta aos leitores em seus romances vem do padrão específico para as classes sociais naquele tempo específico, conver-

tendo-o no tema central de sua obra. A escolha desse tema conta com inúmeras explicações. Uma delas, dada por Beauvoir (1986, p. 185), defende que “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo”. Outra causa, não menos esclarecedora e mais contextualizada, é a que se dá diante da necessidade vital desse compromisso tanto para a manutenção da ordem social daquele tempo quanto para a sobrevivência financeira de muitas mulheres. Essa subsistência não era garantida mesmo entre as mulheres da classe alta, devido às leis de herança que geralmente impediam que a riqueza de uma família fosse transmitida às mulheres, tornando herdeiro legal o homem mais próximo em nível de parentesco.

As leis da época procuravam favorecer a linhagem masculina, especificamente o filho mais velho, como uma forma de manter a fortuna e o *status* da família intactos. Dessa forma, as mulheres que não se casassem, viam-se dependentes da boa vontade do irmão mais velho, caso este afortunadamente existisse. Caso contrário, sua situação se tornava extremamente delicada, uma vez que “oportunidades de educação e emprego para mulheres eram extremamente limitadas. O casamento era praticamente uma necessidade” (BAILEY, 2015, s.p., tradução nossa).

Esta situação é bem descrita no livro *Orgulho e Preconceito*, que trata da família Bennet, composta de pai, mãe e cinco filhas solteiras, cuja perspectiva de fortuna é extremamente limitada. Devido à lei que favorece os filhos mais velhos, os bens da família deverão passar para o primo de Mr. Bennet, “Mr. Collins, que, quando eu morrer, poderá expulsá-las todas desta casa, assim que o desejar” (AUSTEN, 2010, p. 79). Este, por sua vez, não tem grandes necessidades financeiras, mas manifesta sua preocupação para com o destino das filhas do tio na inadequada e presunçosa proposta de casamento que oferece a uma delas, alegando que um dos motivos para se casar era o seguinte:

sendo eu o herdeiro do seu honrado pai, que, no entanto, pode ainda viver longos anos, achei que era do meu dever escolher uma esposa entre as suas filhas, para que o prejuízo destas pessoas pudesse ser o menor possível, quando se der aquele triste acontecimento; o qual entretanto, como eu já disse, pode demorar ainda muitos anos (AUSTEN, 2010, p. 130).

Não apenas neste livro, mas também em *Razão e Sentimento*, Austen mostra como essa lei deixa as mulheres à mercê da boa vontade do parente do gênero masculino mais próximo. Nessa história, a questão é retratada a partir da morte do Mr. Dashwood, pai de três filhas, frutos de um segundo casamento. Tendo concebido um filho em seu primeiro matrimônio, toda sua fortuna deveria ser repassada para este, ainda que ele tivesse recebido uma considerável fortuna quando da morte da mãe e, definitivamente, não estivesse em apuros financeiros.

A obrigação de um irmão para com as irmãs solteiras e, nesse caso, com a madrasta, era apenas um ato de boa fé e não uma obrigação legal. Assim, demonstrando sua natureza mesquinha, a esposa de Mr. John Dashwood acaba por convencê-lo de que ele não tinha obrigação alguma para com as irmãs, já que “todos sabiam que não era de se esperar algum tipo de afeição entre filhos de casamentos diferentes, então

porque haveria ele de se arruinar e ainda arriscar o pobrezinho do Harry, enquanto dispunha todo o seu dinheiro para suas meias-irmãs?" (AUSTEN, 2012, s.p.).

Outro aspecto que os romances de Austen abordam sobre questões legais daquele período eram as leis que procuravam prevenir o casamento entre menores. No período anterior ao ano de 1753, ano da promulgação da *Act for the Better Preventing of Clandestine Marriage*, mais conhecida como *Lord Hardwicke's Act*, em homenagem ao lorde que a propôs ao Parlamento, os casamentos poderiam ser celebrados em qualquer lugar, sem consentimento familiar, desde que ministrados por um clérigo ordenado na Igreja da Inglaterra. Essa permissão resultava constantemente em casamentos indesejados pelas famílias, matrimônios celebrados com menores e, mais desastrosamente, em casos de bigamia e incesto. Na tentativa de findar com esses comportamentos, o *Act for the Better Preventing of Clandestine Marriage* previa que

casamentos deveriam acontecer em uma igreja após a publicação de proclamas (um aviso lido em três domingos sucessivos na igreja da paróquia, anunciando a intenção de casamento e dando a oportunidade para objeções) ou após as partes obterem uma licença especial. A Lei também previa que partes abaixo da idade de vinte e dois anos (a idade para maioridade) que se casaram com uma licença especial precisariam de consentimento parental para que o casamento fosse válido (BAILEY, 2015, s.p., tradução nossa).

Austen mostrará que, ainda que houvesse uma lei que prevenisse casamentos indesejados ou inconvenientes, essa lei não era suficiente para proteger as mulheres de situações complicadas. A personagem Lydia Bennet, de *Orgulho e Preconceito*, descrita durante toda a obra como uma garota fútil que preza apenas por divertimento e flertes, se vê seduzida por Mr. Wickham. Ambos fogem e a jovem deixa uma carta informando à família que, na próxima vez em que se falassem, ela atenderia por Mrs. Wickham. Por conta dessa afirmação, sua família supõe que ambos teriam viajado para Gretna Green, na Escócia. Essa suspeita se dá pelo usual costume de casais que não se enquadrariam no *Act for the Better Preventing of Clandestine Marriage* de fugir para essa localidade, onde a lei não mais se aplicaria. Dessa forma, é com alarme que a família percebe que

por imprudente que seja o casamento de Mr. Wickham com a nossa pobre Lydia, estamos agora ansiosos para obter a confirmação de que tenha sido realmente realizado, pois existem bons motivos para acreditar que eles não foram para a Escócia (AUSTEN, 2010, p. 310).

A partir deste, bem como de outros exemplos tanto nessa obra quanto em outros livros, Austen denunciará a falibilidade de leis que poderiam proteger as mulheres de situações indesejadas e, muitas vezes, irreversíveis, pois irreversível, principalmente para a mulher, era o casamento.

Uma vez que o casamento finalmente acontecesse, outro obstáculo se interpu-

nha no caminho para a liberdade feminina. As leis da época propunham o termo *coverture*, pelo qual “a própria existência pessoal ou legal da mulher é suspensa durante o casamento, ou pelo menos incorporada e consolidada na do marido; sob cuja asa, proteção e cobertura, ela executa cada coisa. Uma implicação da *coverture* era a de que o marido se tornava titular das propriedades e rendas da esposa” (BAILEY, 2015, s.p., tradução nossa).

Dessa forma, a mulher sob a aplicação dessa lei era entendida como um único ser com o marido. Dadas as condições nas quais vivam as mulheres desse período, seria razoável afirmar que essa situação representava a mais profunda perda de direitos e submissão pela qual uma mulher estaria submetida.

Considerando esse aspecto das leis de casamento, ao considerar as opções de dissolução da união matrimonial, não se encontrarão grandes surpresas ao constatar quão difíceis eram de se obter. Uma vez que a mulher era submetida e desconsiderada como pessoa legal durante seu casamento, situações de incompatibilidade moral ou mesmo violência não eram argumentos suficientes para a separação. A infidelidade poderia ser constituída como argumento, mas com possibilidade de uso apenas do homem. Bailey esclarece que

esposas não poderiam trazer uma ação de *criminal conversation*<sup>1</sup>. A lei refletia a profunda crença de que adultério dos maridos deveria ser perdoado, mas o adultério das esposas requeria serias sanções porque ele “necessariamente quebra todos os laços familiares e pode introduzir a família no círculo da família uma prole duvidosa” (BAILEY, 2015, s.p., tradução nossa).

Se então o esposo conseguisse o divórcio, os resultados para a esposa seriam devastadores. Austen ilustra essa afirmação ao narrar o destino de Maria Rushworth, em *Mansfield Park*. Após ser surpreendida cometendo adultério e sofrer um processo de divórcio por parte do marido, a personagem se encontra em uma situação na qual, expulsa de qualquer sociedade de bem, deveria se ausentar do círculo familiar e viver em exílio, sem maiores condições financeiras do que aquelas fornecidas pelo pai, uma vez que, com o divórcio, o marido é desobrigado de qualquer responsabilidade financeira para com a esposa. Austen mostra que, no entanto, Henry Crawford, o homem com quem Maria cometeu adultério, não sofre de qualquer tipo de reprimenda jurídica ou restrição social, afirmando que “esse castigo, a punição pública que deve tê-lo atingido por seu quinhão na ofensa, não é uma das barreiras que a sociedade impõe à virtude. Neste mundo, a penalidade não é tão comparável ao crime como se poderia desejar” (AUSTEN, 2014, s.p.).

Dessa forma, longe de retratar apenas os momentos açucarados e romanescos do namoro, Austen narra de maneira diversificada como as leis e costumes de sua época limitavam ainda mais o pouco espaço cedido às mulheres. Uma vez que seu recurso favorito de escrita é a ironia, forma encontrada pela autora de falar dos aspectos menos

---

<sup>1</sup> *Criminal conversation* era uma ação criminal iniciada pelo marido como compensação pela infidelidade da esposa.

respeitosos de sua sociedade, é necessário um olhar apurado para captar essas nuances e perceber nelas uma crítica da autora a seu tempo. Ainda que as personagens e situações analisadas sejam oriundas de obras da literatura ficcional, estas trazem consigo uma enorme carga da verossimilhança com o contexto no qual a autora estava inserida.

É oportuno ressaltar que, ainda que houvesse meios de obtenção do divórcio e, ainda que estes fossem acessíveis principalmente aos homens, “para a vasta maioria da população apenas a morte de seu esposo poderia quebrar a sagrada união”, como pontua Bailey (2015, s.p., tradução nossa). Ao se encontrarem na situação de viúvos, os homens e as mulheres poderiam então escolher se queriam se casar novamente. Outra vez, a situação feminina fica em desvantagem.

Austen não dedica muitas linhas de seus escritos para falar da questão das mulheres viúvas e suas perspectivas, centrando-se, especialmente, nos casos das jovens em idade de casamento. Seu silêncio, no entanto, não é de modo algum incapaz de transmitir algum retrato da situação. Quando Austen descreve alguma viúva, como a rica e esnobe Lady Catherine de Bourgh, em *Orgulho e Preconceito*, Mrs. Jennings e Mrs. Dashwood, em *Razão e Sentimento*, ela não deixa de descrever suas respectivas situações financeiras e, com isso, permite ao bom observador notar os padrões sociais que regiam a vida dessas mulheres.

As viúvas na Inglaterra do início do século XIX encontravam-se, geralmente, em uma situação na qual não possuíam atrativos suficientes ou não enxergavam benefícios suficientes para se engajar em um segundo casamento. Aquelas do primeiro grupo, como Mrs. Dashwood, foram categoricamente analisadas pela personagem Marianne (*Razão e Sentimento*), que afirmava veementemente que

uma mulher de vinte e sete anos [...] jamais poderia ter a esperança de sentir ou inspirar afeição novamente. E se sua casa não for confortável, ou sua fortuna for pequena, supenho que poderia se submeter ao ofício de enfermeira do marido, em troca da segurança financeira como esposa (AUSTEN, 2012, s.p.).

Mrs. Dashwood é uma viúva de aproximadamente 40 anos, descrita durante todo o livro como uma mulher amável, de boa índole e boa aparência. Um segundo casamento para ela se apresenta entre improvável e impossível devido à falta de fortuna significativa, além de três filhas solteiras pelas quais era responsável. Se, ao contrair matrimônio, a mulher passa a ser uma espécie de anexo legal do marido, a responsabilidade e pobreza das filhas seria transferida para o marido, tornando-a ainda menos atraente para o casamento.

Lady Catherine de Bourgh é viúva de um lorde e filha de outro (o que é indicado pela forma como seu primeiro nome é adotado; fosse ela apenas casada com um lorde, seria Lady de Bourgh). Tanto pelo nascimento quanto pelo casamento, era uma mulher de posses e orgulho condizentes com a nobreza. Para ela, então, um segundo casamento seria pouquíssimo interessante, uma vez que sua liberdade e fortuna seriam colocadas à mercê de um novo homem.

O mesmo acontece com Mrs. Jennings: ainda que esta não seja de nascimento nobre, seu marido lhe deixou uma considerável fortuna. Além disso, o problema de

Mrs. Dashwood não se aplica a ela, uma vez que suas duas filhas já são muito bem casadas e não dependem mais dela. Para ela, um segundo marido lhe removeria toda a liberdade de viajar com a frequência com a qual faz na história, entre outras liberdades das quais dispõe, sendo uma viúva de posses e bem relacionada.

Existiam, evidentemente, as exceções a esses casos, já que era relativamente comum a existência de segundos casamentos. Para o homem, conforme aponta Chalupová (2012, p. 19, tradução nossa), “viúvos eram mais propensos a encontrar uma nova esposa, e geralmente o faziam em um espaço mais curto de tempo. A razão pode ter sido a necessidade de uma mulher para tomar conta dos filhos e da casa”. De qualquer forma, é perceptível, nesse caso, como nos outros citados no decorrer deste trabalho, que a posição da mulher era sempre de dependência e submissão ao homem, contando com liberdade, educação e respeito muito limitados.

É possível notar, ao longo da narrativa de todos os livros de Jane Austen, que as mulheres, independentemente de sua classe social ou nível de educação, dependiam constantemente do pai, do marido, do irmão ou de qualquer outro homem respeitável para comparecer a eventos, visitar pessoas, ser apresentada a novos círculos, entre outras atividades. Em todos os romances de Austen, suas heroínas sentem vontade de viajar e ver o mundo além de seus domicílios. Para que tivessem essa liberdade, elas precisavam aguardar até que surgisse uma oportunidade de acompanhar alguém, geralmente uma dama mais velha como acontece com Elinor e Marianne ao acompanhar Mrs. Jennings em *Razão e Sentimento*, ou com Elizabeth Bennet, convidada a viajar com os tios em *Orgulho e Preconceito*.

Assim, conforme pontuam Gilbert e Gubar (2000, p. 108, tradução nossa), “era a mulher – porque elas eram muito vulneráveis no grande mundo – que deveriam aquiescer em seu próprio confinamento, não importa quão sufocante este pudesse ser”. Essa submissão e dependência se manifestam não só nas viagens empreendidas pelas heroínas, como também nas reuniões sociais das quais participam ao longo das narrativas. Logo no início de *Orgulho e Preconceito*, Austen usa de sua ironia para demonstrar o protocolo social que exigia que fosse primeiro um homem a se apresentar ao vizinho recém-chegado nas redondezas, manobra considerada por Mrs. Bennet como indispensável para casar uma de suas filhas:

- [...] É até muito provável que ele se apaixone por uma delas. Portanto, assim que chegue você deve ir visitá-lo.
- Não vejo motivo para isto. Você pode ir com as meninas, ou pode até mandá-las sozinhas, o que talvez ainda seja melhor, pois como você é tão bela quanto qualquer uma delas, Mr. Bingley pode preferi-la (AUSTEN, 2010, p. 10).

Situações desse quilate se repetem diversas vezes ao longo da obra de Jane Austen, retratando jovens ansiosas por travar conversas ou visitar alguém, mas impedidas pela presença de um consorte. Novamente argumentado por Gilbert e Gubar (2000, p. 124, tradução nossa), “para Austen, o confinamento doméstico não é tanto uma metáfora tanto como um fato literal da vida, aplicado por todas as elaboradas regras de etiqueta que governavam até mesmo os encontros matinais”.

## 5. Considerações finais

A partir dessas observações, considerando uma infinidade de outras que poderiam ser apresentadas, dada a vastidão de situações retratadas na obra de Austen, é seguro afirmar que sua escrita carrega em si um forte vestígio do tempo e dos costumes que narra. A forma como a autora escolhe para descrever as mulheres de sua época e para julgar os lugares relegados a esta na vida social certamente é marcada pelo prisma do qual a própria é observada. Torna-se importante considerar que

críticos que protegem ou castigam Austen por sua aceitação dos limites e fronteiras estão negligenciando uma força subversiva mesmo em suas primeiras histórias: a corajosa “graça sob pressão” de Austen não é apenas um refúgio de uma realidade perigosa, é também um comentário sobre ela (GILBERT; GUBAR, 2000, p. 112, tradução nossa).

Dessa forma, mesmo inserida nesse contexto, Austen procura e consegue, sutilmente, denunciar as mazelas proporcionadas por uma educação formal e social insuficiente, bem como os prejuízos trazidos pelas regras escritas para as mulheres em um mundo dominado por homens. Amparada por sabedores do fazer histórico, essa pesquisa entende que as obras ficcionais de Jane Austen, bem como de outras autoras contemporâneas e posteriores a ela, são ferramentas ricas para a pesquisa do historiador que se assemelha ao ogro da lenda, mencionado por Bloch (2001, p. 20), aquele que, “onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”.

## Referências

AUSTEN, Jane. *Mansfield Park*. São Paulo: Landmark, 2014. Versão Kindle  
ASIN: B00JQDLCJK. Disponível em: <[https://www.amazon.com.br/Mansfield-Park-Edi%C3%A7%C3%A3o-Bil%C3%ADngue-Austenebo-ok/dp/B00JQDLCJK/ref=sr\\_1\\_6\\_twi\\_kin\\_2?ie=UTF8&qid=1480632222&sr=86&keywords=mansfield+park](https://www.amazon.com.br/Mansfield-Park-Edi%C3%A7%C3%A3o-Bil%C3%ADngue-Austenebo-ok/dp/B00JQDLCJK/ref=sr_1_6_twi_kin_2?ie=UTF8&qid=1480632222&sr=86&keywords=mansfield+park)>

AUSTEN, Jane. *Orgulho e Preconceito*. São Paulo: Clássicos Abril Coleções, 2010.

AUSTEN, Jane. *Razão e Sentimento*. Porto Alegre: L&PM, 2012. Versão Kindle.  
ASIN: B00A6OP4PQ. Disponível em:  
<[https://www.amazon.com.br/gp/product/B00A6OP4PQ/ref=pd\\_cp\\_351\\_2?ie=UTF8&psc=1&refRID=FEC8M6KBEFQ1VAHPQ6GFY](https://www.amazon.com.br/gp/product/B00A6OP4PQ/ref=pd_cp_351_2?ie=UTF8&psc=1&refRID=FEC8M6KBEFQ1VAHPQ6GFY)>

BAILEY, Martha. The Marriage Law of Jane Austen’s World. *Persuasions: The Jane Austen Journal On-Line*, S. L., 1(36): dez. 2015. Disponível em:  
<<http://www.jasna.org/persuasions/on-line/vol36no1/bailey.html>>. Acesso em: 16 jul. 2016.



- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986, vol. II
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*, Goiás, 3(1):94-109, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO\\_BORGES.pdf](http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO_BORGES.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2016.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. São Paulo: Leya, 2011. 4 v. Disponível em: <<http://lelivros.me/book/download-historia-da-literatura-ocidental-vol-1-joaquim-campelo-marques-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- CHALUPOVÁ, Jana. *Happily Ever After?: Or the Condition of Marriage in Jane Austen's Novels*. 2012. 51 f. Tese (Doutorado). Faculty Of Education, Masaryk University, Brno, República Checa, 2012. Disponível em: [http://is.muni.cz/th/333079/pedf\\_b/?lang=en](http://is.muni.cz/th/333079/pedf_b/?lang=en). Acesso em: 29 jul. 2016.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed. Autêntica, 2009.
- FERRAZ, Heitor. Vida e obra, in: AUSTEN, Jane. *Orgulho e Preconceito*. São Paulo: Abril, 2010. p. 441-452.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. *The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth-Century Literary Imagination*. New Haven: Yale University Press, 2000.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- JASNA. Jane Austen (1775-1817): A Brief Biography. Disponível em: [http://www.jasna.org/info/about\\_austen.html](http://www.jasna.org/info/about_austen.html) . Acesso em: 07 out. 2016.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis, in: *Gender and the politics of history*. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.
- SEIXAS, Larissa Selhorst. *Jane Austen e a fantasia de poder em Orgulho e Preconceito*. 2011. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=166>>. Acesso em: 24 fev. 2016.
- SOUSA, Dignamara Pereira de Almeida; DIAS, Daise Lilian Fonseca. Quando a Mulher

Começou a Falar: literatura e crítica feminista na Inglaterra e no Brasil. *Gênero na Amazônia*, Belém, 3(1):143-168, jan. 2013. Disponível em:

<<http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-3/Artigos/Artigo7-Dignamara e Daise.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras, in: PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

VIANA, Jacqueline Plensack. *Jane Austen, uma feminista disfarçada*. 2015. Disponível em: <<http://revistapolen.com/2015/03/17/jane-austen-uma-feminista-disfarçada/>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres*. Porto Alegre: L&PM, 2013. Versão Kindle. ASIN: B00G3KP6UK. Disponível em: <[https://www.amazon.com.br/Profiss-es-para-mulheresVirginiaWoolfebook/dp/B00G3KP6UK/ref=tmm\\_kin\\_swatch\\_0?\\_encoding=UTF8&qid=1476210460&sr=8-1](https://www.amazon.com.br/Profiss-es-para-mulheresVirginiaWoolfebook/dp/B00G3KP6UK/ref=tmm_kin_swatch_0?_encoding=UTF8&qid=1476210460&sr=8-1)> .

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014. 124 p. Versão Kindle. ASIN: B00I8NT2WI. Disponível em: <[https://www.amazon.com.br/teto-todo-seu-Virginia-Woolfebook/dp/B00I8NT2WI/ref=pd\\_sim\\_351\\_2?ie=UTF8&psc=1&refRID=9M1XWK62JNDWQYKB795X](https://www.amazon.com.br/teto-todo-seu-Virginia-Woolfebook/dp/B00I8NT2WI/ref=pd_sim_351_2?ie=UTF8&psc=1&refRID=9M1XWK62JNDWQYKB795X)>.